



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2019 (Do Sr. Coronel Chrisóstomo)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual política de regularização fundiária no País, em especial na região da Amazônia Legal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater a atual política de regularização fundiária no País, em especial na região da Amazônia Legal, com os seguintes convidados:

1. Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Senhor Nabhan Garci;
2. Presidente do Incra; e
3. Presidente do Ibama.

JUSTIFICAÇÃO

A definição de regularização fundiária tem características amplas, uma vez que engloba todos os instrumentos hábeis que possibilitam o ajuste, a conformação de um empreendimento imobiliário ao regramento vigente. Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.456, de 11 de julho de 2017, dispõe sobre a regularização fundiária, rural e urbana, e outras questões correlatas. Trata-se do resultado final da conversão em lei da Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016.

A nova lei trouxe à tona a questão da ocupação regular da terra como matéria afeita também ao Direito Agrário, não só tema restrito ao Direito Civil e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ao Direito Administrativo, como pode parecer à primeira vista. Além da necessária fundamentação no Direito Constitucional, o tema inevitavelmente percorre o Direito Ambiental e só se apresenta e se dinamiza por completo com os direitos agrário e urbanístico, determinada a preponderante incidência de um ou outro destes conforme principalmente a localização da área, rural ou urbana.

A regularização fundiária rural se relaciona com o exercício de atividades agrárias, tendo como base o conjunto de normas de direito privado e público que regulam as relações decorrentes das atividades agrárias, com vistas ao desenvolvimento agrário sustentável em termos sociais, econômicos e ambientais.

Assim, a regularização fundiária rural foi e continua sendo um importante tema imprescindível para a sociedade brasileira. Considerando a situação apresentada, solicito o apoio dos nobres pares para aprovarmos o presente requerimento para realização de audiência pública visando o debate sobre o referido tema.

Sala da Comissão, ____ de novembro de 2019.

CORONEL CHRISÓSTOMO
Deputado Federal
PSL/RO